



Universidade Norte do Paraná

SISTEMA DE ENSINO PRESENCIAL CONECTADO
PSICOPEDAGOGIA

ELENIR DOS REIS COSTA

**A IMPORTÂNCIA DA DEMOCRACIA NA ESCOLA E A DA
INCLUSÃO DO ALUNO COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Piumhi
2014

ELENIR DOS REIS COSTA

**A IMPORTÂNCIA DA DEMOCRACIA NA ESCOLA E A DA INCLUSÃO
DO ALUNO COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, como
requisito parcial para a obtenção do título de Pós
graduação em Psicopedagogia.

Orientador: Raquel correia Lemos

Piumhi
2014

COSTA, Elenir Reis. **A Impotência da democracia na escola e a da inclusão do aluno com necessidades especiais**: 2014.50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Psicopedagogia) – Centro de Ciências Empresariais e Sociais Aplicadas, Universidade Norte do Paraná, Piumhi, 2014.

Dedico este trabalho aos meus filhos e a todos aqueles que contribuíram para realização do mesmo.

AGRADECIMENTOS

Aos professores e autores que contribuíram para realização da pesquisa.

Ao grandioso Deus que me instrue e me capacita cada dia mais. Pela inteligência e a oportunidade dessa conquista.

Aos meus pais, em memória, por ter concedido -me a vida.

Aos meus filhos pela compreensão de algumas horas de ausência e também pelo incentivo e força.

À todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram com este acontecimento.

(...) Cada criança é um ser único, diferente de qualquer outra, que experimenta ritmo de evolução próprios, tem os seus interesses e provém de um universo cultural, econômico e familiar específico; cada um é um caso, uma personalidade que desabrocha de modo diverso"

Joaquim Azevedo (1994 p. 118-120).

...

COSTA, Elenir Reis. **A Impotência da democracia na escola e a da inclusão do aluno com necessidades especiais**: 2014.50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Psicopedagogia) – Centro de Ciências Empresariais e Sociais Aplicadas, Universidade Norte do Paraná, Piumhi, 2014

RESUMO

O presente trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica. Através desta, analisou-se a educação como direito humano fundamental, ao discutir seus fundamentos e objetivos. A abordagem da temática implicou-se, necessariamente, a discussão sobre o processo de construção de uma sociedade igualitária, democrática, justa e inclusiva, na medida em que concede-se a educação como direito inalienável de todos os seres humanos. Devendo-se, portanto, ser ofertada a toda e qualquer pessoa. A educação é o único processo capaz de tornar humanos os seres humanos. Isto significa que a educação não apenas se caracteriza como um direito da pessoa, mas fundamentalmente, é seu elemento constitutivo. As escolas necessitam ser um espaço social acolhedor das diferenças onde proporciona-se uma educação de qualidade, para quaisquer alunos das comunidades nas quais estão inseridas e, tendo em vista ser a inclusão educacional um direito previsto na Constituição Federal, outras leis e tratados internacionais. Portanto, questionou-se se existe preparo das escolas no Brasil para incluir alunos com necessidades especiais, sendo composta por profissionais capacitados para suprir a necessidades dos mesmos. Todo aluno com necessidades especiais precisa ser respeitado e incluído na sociedade com suas peculiaridades, onde a democracia é o início da oportunidade de se desenvolverem com plenitude em todos os sentidos de sua vida.

Palavras-Chave: Democracia. Inclusão. Necessidades Especiais.

COSTA, Elenir Reis. **A Impotência da democracia na escola e a da inclusão do aluno com necessidades especiais**: 2014.50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Psicopedagogia) – Centro de Ciências Empresariais e Sociais Aplicadas, Universidade Norte do Paraná, Piumhi, 2014

ABSTRACT

The present work was accomplished through a bibliographical research. Through this, the education was analyzed as fundamental human right, when discussing your foundations and objectives. The approach of the thematic was implicated, necessarily, the discussion on the process of construction of a society equalitarian, democratic, fair and inclusive, in the measure in that the education is granted as all the human beings inalienable right. Being due, therefore, to be presented to all and anybody. The education is the only process capable to turn human the human beings. This means that the education is not just characterized as a right of the person, but fundamentally, it is your constituent element. The schools need to be a homelike social space of the differences where a quality education is provided, for any the communities' students in which are inserted and, tends in view to be the educational inclusion a right foreseen in the Constitution Federal, other laws and international agreements. Therefore, it was questioned she exist preparation of the schools in Brazil to include students with special needs, being composed by professionals qualified to supply to needs of the same ones. Every student with special needs needs to be respected and included in the society with your peculiarities, where the democracy is the beginning of the opportunity of if they develop with fullness in all the senses of your life.

Keywords: Democracy. Inclusion. Special Needs.

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CADEME - Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais

CENESP- Centro Nacional de Educação Especial

CESB : Campanha para a Educação do Surdo

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

LDB - Lei de Diretrizes e Bases.

MEC - Ministério da Educação e Cultura.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNEES - Portadores de Necessidades Especiais

SEESP - Secretaria de Educação Especial

SENEB - Secretaria Nacional de Educação Básica

SESP - Secretaria de Educação Especial

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 OBJETIVOS.....	15
3 JUSTIFICATIVA.....	16
4 REFERENCIALTEÓRICO.....	17
4.1 Gestão Democrática na escola.....	18
4.1.1 Contribuição da Democracia no processo de organização da Escola Inclusiva: Uma viagem Histórica.....	21
5 EDUCAR PARA CIDADANIA.....	30
6 COMPROMISSO POLÍTICO: Abordagens sócio-cultural.....	33
7 EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL.....	36
7.1 Ensino-Aprendizagem.....	37
7.2 Professor Aluno.....	38
8 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	40
8.1 Escola Inclusiva.....	42
8.2 A responsabilidade do professor quanto à Educação Inclusiva.....	43
9 FORMAS DE ATENDIMENTO (segundo orientação SD Nº 01/2005).....	46
10 CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51
ANEXOS.....	54

1 INTRODUÇÃO

A escola numa visão democrática deverá desenvolver estudos, capacitar indivíduos e prepará-los para uma atuação mais efetiva e verdadeiramente democrática e inclusiva. Entende-se que a educação é um direito de todos os seres humanos, devendo, portanto, ser ofertada a toda e qualquer pessoa, inclusive àquelas com necessidades especiais.

Através da educação o ser humano capacita-se para a humanidade, no uso da democracia e na formação da cidadania.

Schneider (2003, p.1-4) afirma que:

Para uma escola ser inclusiva significa primeiramente acreditar no princípio de que todas as crianças podem aprender e o diretor deverá proporcionar a todas as crianças acesso igualitário a um currículo básico, rico e uma instrução de qualidade. A escola parte da premissa de que cada aluno tem o direito de freqüentar a sala de aula independentemente de sua deficiência. As adaptações curriculares constituem as possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos e tem como objetivo subsidiar a ação dos professores. Constituem num conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios, procedimentos de avaliações, atividades, metodologias para atender as diferenças individuais dos alunos.

Pergunta-se se o Brasil se preocupa com todos os seus cidadãos e capacita seus profissionais da área da educação para uma escola democrática e inclusiva e se as nossas escolas estão realmente preparadas físicas, didática e humanamente para receber e incluir essas crianças? A inclusão se faz quando a escola e demais componentes da mesma, acolhe esta criança com respeito, acessibilidades necessárias e uma equipe com inteiro conhecimento, do que é incluir.

Para que o aluno com necessidades especiais sinta-se realmente incluído confirma-se a hipótese de que há uma verdadeira necessidade da presença de um professor apoio, que dê suporte para atender este aluno, da forma que precisa.

O indivíduo deve estar capacitado para interagir e refletir em suas ações, construir regras e tomar decisões. Sabendo ser crítico e construtivo no uso da verdade e da responsabilidade.

Entende-se que o bom resultado de uma inclusão depende muito do acolhimento da escola e seus integrantes. Se a inclusão não acontece, essa criança

vai se sentir com a autoestima baixa.

No cotidiano escolar enfrenta-se questões sociais que o conhecimento pedagógico não consegue enfrentar sozinho precisando de outro saber como do especialista em educação inclusiva ou saúde, para atendê-lo, respeitando suas limitações.

Necessita-se que se saiba incluir, conhecer bem o trabalho da inclusão, vivenciar na escola essa prática, saber respeitar o limite de cada um, com dedicação, e agindo democraticamente em busca da igualdade. Para ter uma escola democrática e fazer jus da mesma, é preciso formar cidadãos competentes e conscientes de seus direitos e responsabilidades, para um bem comum.

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, CEB, CNE, 2001)

O presente trabalho científico tem o objetivo de mostrar a importância da democracia na escola e também da inclusão do aluno com necessidades especiais, para o pleno desenvolvimento deste aluno, sabendo-se que ao abarcá-lo na escola normal o oportunizará de chegar ao máximo de sua capacidade.

Para se atingir este objetivo principal foram traçados os seguintes objetivos intermediários:

- Discutir sobre a Gestão Democracia Escolar.
- Estudar sobre a contribuição da Democracia para a inclusão escolar.
- Comentar sobre a Educação para a Cidadania e sobre o compromisso político na inclusão escolar.
- Comentar sobre a Educação como Direito Social, Educação Inclusiva e o papel dos professores nessa ação.

Acredita-se que o assunto em questão, do presente trabalho, será de grande enriquecimento para nós, estudantes da área de Educação Especial, sendo que um aprofundamento neste contexto também nos possibilita de sermos profissionais competentes, democráticos e acima de tudo aptos para participar da inclusão escolar.

2 OBJETIVOS

Este trabalho tem o objetivo principal de mostrar a importância da democracia na escola e a da inclusão do aluno com necessidades especiais para o pleno desenvolvimento do mesmo. Este trabalho pretende averiguar o uso e a contribuição da democracia no processo de organização da escola; demonstrar como deve ser o papel dos gestores, professores e demais participantes da comunidade escola; apresentar como acontece e como deve ser realizada a inclusão do aluno com necessidade especial nas escolas; ressaltar o importante papel do professor, como mediador do desenvolvimento do aluno; refletir os parâmetros substanciais e reais sobre a democratização no sistema escolar e a inclusão do aluno com necessidade especial; identificar a democracia em seu sentido igualitário e amplo dentro de toda a organização escolar; conscientizar que há a necessidade de se inovar os métodos democráticos utilizados em toda a escola para possibilitar a ampliação e o aperfeiçoamento da necessidade democrática e também, da real inclusão escolar.

3 JUSTIFICATIVA

O assunto da presente pesquisa torna-se relevante para o curso escolhido, sendo que conhecer sobre a inclusão, os direitos conquistados pela mesma capacita-nos a participar da inclusão de forma democrática.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação é um direito humano fundamental, onde torna-se o processo de construção de uma sociedade igualitária, democrática e justa e acima de tudo inclusiva. O ensino torna-se satisfatório quando há preparo, esforço e dedicação e interesse pela pesquisa, de forma continuada para que ao incluir o aluno com necessidades especiais exista suporte necessário para o mesmo. Nesse sentido Freire (2000), afirma que:

Ensinar exige pesquisa. Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres (sic) se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei porque indago e me indago. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. [...] (FREIRE, 2000, p.32).

Nas teorias de Freire busca-se teorizar sem limites no empenho de um retorno positivo da humanidade, principalmente com a população menos favorecida. Busca-se priorizar o saber dialogar e escutar, na formação de um docente na reflexão crítica da prática pedagógica onde respeita-se o aluno e reconhece a cultura e verdadeira identidade do outro.

E para conquistar-se à práxis através do diálogo aponta matrizes necessárias: O amor, a humildade, a fé, a esperança e a confiança. Percebe-se que são características indispensáveis para que se trabalhe com o ensino, principalmente em se tratando de crianças com necessidades especiais.

Sendo a humildade, compatível ao diálogo. O amor, ao mundo e aos homens como ato de criação e recriação. A fé, que se instaura antes mesmo do diálogo, é preciso ter fé no próprio homem e não simplesmente um sentimento divinal. É na ação e reflexão, no refazer e recriar que fundamenta-se a fé. A esperança de uma luta constante. A confiança, do que se acredita enquanto luta. A criticidade, percepção da realidade inserida num contexto histórico e dinâmico.

A democracia defende o direito de participação de todos em todas as decisões que favoreçam a qualidade de vida em sociedade.

4.1 Gestão Democrática na Escola.

As experiências já vivenciadas em relação à democratização da gestão escolar apontam algumas questões que, se consideradas, tendem a garantir maior sucesso na conquista democrática e conseqüentemente da escola de melhor qualidade.

Fala-se muito em democracia no Brasil, sendo que muitas vezes seu verdadeiro sentido não passa de conceitos sem ações.

Inicialmente afirmamos que vivemos em um país cuja opção de governo é a democracia. Mas, o que é democracia? Denomina-se democracia (do grego demos, "povo", e Kratos, autoridade") uma forma de organização política que reconhece a cada sujeito, membro da comunidade o direito de participar da direção e gestão dos assuntos públicos. Mas, é importante acrescentar que a democracia não é um fim em si mesma, é uma poderosa e indispensável ferramenta para a construção contínua da cidadania, da justiça social e da liberdade compartilhada. Ela é a garantia do princípio da igualdade irrestrita entre todas e todos...(CORTELA, 2005, p. 146).

A gestão democrática tem se tornado um dos motivos mais freqüentes, na área educacional, de debates, reflexões e iniciativas públicas, a fim de dar seqüência a um princípio posto constitucionalmente e reposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (CURY, 2010, p. 14).

O processo de gestão democrática das instituições de ensino representa um importante instrumento de consolidação de democracia em nível de sociedade, considerando que a escola e a sociedade estão dialeticamente constituídas. Promover a democratização da gestão escolar significa estabelecer novas relações entre a escola e o contexto social no qual está inserida. Repensar a teoria e a prática da gestão educacional no sentido de eliminar os controles formais e incentivar a autonomia das unidades da educação constitui-se em instrumentos de construção de uma nova cidadania. Assim, a democratização institucional torna-se um caminho para que a prática pedagógica torne-se efetivamente prática social e possa contribuir para o fortalecimento do processo democrático mais amplo.

Para que se garantam transparência a respeito aos princípios éticos nas ações relacionadas à gestão democrática-escolha dos dirigentes escolares, implantação dos conselhos de escola e gestão da instituição educativa, todos os cuidados devem ser tomados pela comunidade escolar e pelas instituições e

pessoas envolvidas nesse processo. É preciso garantir a todos o acesso às informações, fixar democraticamente as normas e mecanismos de fiscalização.

Se a escola é o lócus central da educação, ela deve tornar-se o pólo irradiador da cultura não apenas para reproduzi-la ou executar planos elaborados fora dela, mas para construir e elaborar a cultura, seja a cultura geral, seja a cultura popular, pois existe uma só cultura como obra humana (unidade humana na pluralidade dos homens). O seu corolário é comunicação entre as escolas e a população. A escola precisa ser o local privilegiado da inovação e experimentação político-pedagógica. (GADOTTI, 2010, p. 06).

Nesse sentido Derval (2003), explica que a grande maioria das escolas brasileiras vive a real democracia no papel. Projetos Político-Pedagógicos, Planos de Ações, bem elaborados, baseados em pressupostos teóricos incontestáveis, mas segundo ele, não saem do papel. Fazem parte do arquivo da escola e que muitas vezes os funcionários, pais e alunos, nem os conhecem.

Ele defende o papel da escola democrática, praticar a teoria e o saber no dia a dia de seus funcionários, nas relações com seus alunos e familiares, em sociedade e persiste na importância de um relacionamento humano na escola, e afirma que todos são importantes no processo de interação entre seus pares e segmentos afins. Relata ainda que, em muitas escolas os seus dirigentes, eleitos ou não pelas suas comunidades, ao assumirem os cargos, fogem dos seus colegas de trabalho, isolam-se em seus gabinetes e só comunicam-se através de "comunicação interna", "avisos" "tirinhas de papéis" entregues aos alunos para seus pais, não chegando muitas vezes aos seus destinatários, e/ou bilhetes fixados nos murais internos da escola. O maior problema das escolas nas relações humanas é a comunicação interna, a frieza dos avisos. O dirigente escolar teve um ato administrativo que o nomeou, porém deve ter "carisma", ser um líder nato, respeitável pelas suas ações, condutas e atitudes perante aos seus pares e demais segmentos o qual lidera e como administra a sua escola. Não se pode administrar qualquer instituição sentada simplesmente dentro do gabinete. É preciso participar de todos os setores da escola e acolher a participação de todos. Os dirigentes escolares devem refletir mais sobre sua gestão humana na escola, procurar sentir as necessidades dos seus liderados e passar a agir melhor nas suas relações humanas dentro das escolas, convergindo e convivendo bem com os contrários em busca da democracia escolar.

Pergunta-se onde está a verdadeira democracia? Para que haja democracia torna-se necessário formar cidadãos competentes, que acima de tudo respeite o outro e saiba ser verdadeiramente democrático. Necessita-se também que haja um repensar de nossas ações se quisermos um país mais justo e igualitário.

Escola é o lugar onde se faz amigos, não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos. Escola é, sobretudo, gente. Gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima. O diretor é gente, o coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente. E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados”. Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir que não tem amizade a ninguém. Nada de ser como tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só. Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade. É criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se “amarrar nela”! Ora, é lógico... Numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se e ser feliz. (FREIRE, apud MARTINS, 2010, p. 5).

Entende-se que a escola tem o dever de desenvolver meios para dar suporte às famílias de forma a atender através de profissionais de outras áreas, para preencher vazios que porventura exista no processo de ensino-aprendizagem, para que através disso a escola consiga resolver e assimilar com o que venha a surgir, seja conflitos, seja diversidades. Necessita-se que a escola seja um lugar onde o aluno tem alegria em entrar, pois os valores humanos são respeitados.

Democratizar o ensino é ajudar os alunos a se expressarem bem, a se comunicarem de diversas formas, a desenvolverem o gosto pelo estudo, a dominarem o saber escolar, é ajudá-los na formação de sua personalidade social, na sua organização enquanto coletividade. [...] A contribuição da escola para a democratização está no cumprimento da função que lhe é própria: a transmissão ativa do saber elaborado. (LIBÂNEO, 2003, p. 75).

Para Antunes, (2002, p. 131), “A democracia escolar só se efetiva dentro de um processo de gestão democrática, entendida como uma das formas de superação do caráter centralizador, hierárquico e autoritário que a escola vem assumindo ao longo dos anos”.

De acordo com Martins (2006), nas últimas décadas, o sistema educacional vem sendo desafiado a conseguir uma forma equilibrada que resulte numa resposta educativa comum e diversificada, que seja capaz de proporcionar uma cultura comum a todos os educandos, respeitando as especificidades e as necessidades individuais, reconhecendo, ainda que a diversidade é um dos fatores mais

importantes para conseguir um ensino de qualidade, embora a problemática seja bem maior.

“A escola regular, de maneira geral, não foi nem é planejada para acolher a diversidade de indivíduos, mas para a padronização, para atingir os objetivos educativos daqueles que são considerados dentro dos padrões de normalidade”. (IMBERNÓN, 2000 apud MARTINS, 2006, p. 17).

Observa-se que no ponto de vista do autor ainda falta muito para que as escolas regulares acolham as crianças com necessidades educacionais especiais, como essas necessitam.

4.1.1 Contribuição da Democracia no processo de organização da Escola Inclusiva: Uma viagem Histórica.

A organização ao nível de tempo do apoio individual que cada aluno deve receber deve ser objeto de uma rígida programação, principalmente se nele intervier diferentes profissionais: professores de apoio, fonoaudiólogo ou fisioterapeuta.

Torna-se necessário que esta programação seja documentada e realizada entre todos os profissionais que intervenham no processo de ensino-aprendizagem. Deve-se também ser levado em consideração os períodos em que o aluno permanecer fora da aula, e fazer com que estes não alterem, em demasia, sua participação no currículo regular. Para racionalizar o tempo e o trabalho dos profissionais, é preferível integrar mais de um aluno em cada grupo/classe e tentar fazer com que as necessidades especiais sejam homogêneas sempre que possível. A organização de apoio deve prever também espaços adicionais no centro educacional onde, quando necessário o profissional de apoio possa trabalhar com os alunos.

Deve-se também providenciar espaços que possibilitem os agrupamentos flexíveis de alunos. Igualmente, é importante definir se o apoio será transitório ou permanente.

No primeiro caso, pode tratar-se de alunos que necessitem a aprendizagem de técnicas concretas, deficientes visuais ou deficientes motores, ou de alunos que apresentem dificuldades transitórias na aquisição das aprendizagens instrumentais: leitura escrita ou cálculo. Nestes casos, pode ser benéfico, para o

aluno aumentar o apoio ou reforço com o fim de que possam incorporar-se ao currículo regular em um breve espaço de tempo. Se o apoio deve ser permanente, como no caso de alunos com problemas graves de aprendizagem ou deficientes auditivos, este devera ser organizado de forma diferente.

Na etapa secundária em que os alunos necessitarão mais reforço pedagógico, o centro educacional deverá levá-lo em consideração na seleção e organização de áreas opcionais.

Os alunos que recebem apoio, dentro ou fora da sala de aula, cujo currículo foi modificado em maior ou menor grau, devem ser avaliados, levando-se em consideração estas variações. Por isso, na avaliação deverão intervir tanto o professor tutor como o de apoio, bem como todos os profissionais que tenham interferido no processo educacional. A modificação do currículo deve prever, de antemão, a forma de avaliação e quem a realizará.

Para Carvalho (1993), a Educação Especial, aparece pela primeira vez na Lei de Diretrizes Básicas. (LDB), 4024/61, apontando que a educação dos excepcionais deve no que for possível enquadrar-se no sistema geral de educação.

A evolução da Educação Especial no Brasil pode ser subdividida em dois períodos distintos: de 1854 a 1956 (iniciativas oficiais e particulares) e de 1957 a 1993 (iniciativas oficiais de âmbito nacional). Antes disso, em 1600, época do Brasil-Colônia, o atendimento escolar começou a ser feito com um aluno portador de deficiência física em uma instituição especializada e particular, em São Paulo. Houve um hiato de mais de dois séculos até que o deputado Cornélio França, em 1835, apresentasse um projeto, logo arquivado, propondo a criação do cargo de professor de primeiras letras para o ensino de surdos-mudos, tanto no Rio de Janeiro quanto nas províncias. (MAZZOTTA, 1996, p. 27).

De acordo com Fontes (2003), este período aconteceu da seguinte forma:

- Dom Pedro II, então imperador do Brasil, através do decreto imperial nº 428, fundou na cidade do Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, mudando, posteriormente, para Instituto Nacional dos Cegos. Essa iniciativa foi o resultado do empenho do cego Álvares de Azevedo, que cursara o Instituto dos jovens cegos de Paris, do médico e do conselheiro do imperador que caminharam um projeto para criação do Imperial Instituto dos Surdos- Mudos (1856) após cem anos, passou a se chamar Instituto Nacional de educação de Surdos (INES). O atendimento de ambos os institutos eram precários atendendo somente alguns cegos e poucos surdos. Apesar disso, esses institutos realizaram o 1º congresso de instrução publica que abriu a discussão da educação dos portadores de deficiência no país. Os temas tratados foram o currículo e a formação de professores para cegos e surdos. (1911).

- Na década de 20, foram tomadas as primeiras medidas para os portadores de deficiência física e mental, como por exemplo, a reforma Francisco Campos/ Mario Casassanta (decreto-lei nº7870 a de 15/10/1927- ensino primário) que prescreve a obrigatoriedade de frequência a escola para criança de 7 a 14 anos. O decreto, porem isentava crianças que comprovadamente não tinham condições de estudar. Na realidade, não havia preocupação com os portadores de deficiência no panorama nacional. Na IV Conferência da Associação Brasileira de Educação (1932), houve a padronização de uma terminologia para os diversos ramos de ensino, dentre eles, oficializou-se o termo “Ensino Emendativo” que se destinava a “anormais do físico (débeis, cegos, surdos-mudos)”; “anormais de conduta”, isto é, menores “delinquentes, perversos, viciados” e “anormais de inteligência” que não são conceituados. Apenas aconselhavam escolas separadas para “débeis mentais ligeiros” e outras para “débeis mentais profundos”.(FONTES, 2003,p. 01 et seq.).

Mazzotta, (1996), completa que se destacam campanhas voltadas especificamente para os portadores de deficiência, patrocinadas pelo governo federal: a primeira campanha foi a Campanha para a Educação do Surdo (CESB) em 1957, que tinha por finalidade “promover por todos os meios a seu alcance, as medidas necessárias à educação e assistência, no mais amplo sentido, em todo o território nacional” (decreto nº 42.725/57, art. 2º). Seguiu-se a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais - CADEME (decreto nº48.961/1960). Essas iniciativas, somadas as pressões de entidades públicas e filantrópicas, como APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e Pestalozzi, foram essenciais para a inclusão de um capítulo sobre a educação de excepcionais na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº4.024/1961).Na lei nº 4024/41961 indica que para integra-los na comunidade, a educação de excepcionais devera, dentro do possível, enquadrar-se no sistema geral de ensino.

Fontes (2003) continua:

Na emenda constitucional nº 12, de 17/10/1978, no titulo IV, da família, da educação e da cultura, estabelece-se que uma lei especial disporá sobre a educação de excepcionais. Na lei 5962 de 11/08/1971, posteriormente alterada pela lei 7044 de 18/10/1982, que não modificou o artigo referente à educação especial, consta no capítulo I- Do ensino de 1º e 2º graus:

Art. 9º- “Os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matricula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação”.(1982)Em 03 de julho de 1973, o então presidente da republica, Emílio Garrastazu Médici criou pelo decreto nº72.425, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), para promover em todo o território nacional a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais. O CENESP foi substituído pela Secretaria de Educação Especial (SESP), por meio do decreto nº93.613 de

21 de dezembro de 1986, passando a integrar a estrutura básica do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O momento que legitima o atendimento educacional especializado no Brasil ocorre em 05 de outubro de 1988, quando é promulgada a nova carta constitucional brasileira, em que prevê o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Em 24 de outubro de a lei nº 7.853, estabelece “normas gerais para o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências e sua efetiva integração social”. Estabelece, em seu artigo 2º, que cabe ao poder público e seus órgãos assegurar as pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos. É importante ressaltar a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecido pela lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que destaca, em seus parágrafos 1º e 2º, que “a criança e o adolescente portadores de deficiências receberão atendimento especializado” e que a eles será garantido o fornecimento gratuito de medicamentos, próteses e outros recursos para tratamento, habilitação ou reabilitação. Em 15 de março de 1990, A SESP foi extinta e suas atribuições passaram a ser da Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB). No final de 1992, após o *impeachment* do Presidente Collor, precedeu-se a uma nova reestruturação ministerial, tendo sido recriada a Secretaria de Educação Especial (SEESP) como órgão específico do MEC. (FONTES, 2003, p.41).

Em 1994, conseguiu-se organizar num único documento as ações e políticas voltadas a Educação Especial, surgindo assim, Política nacional de Educação Especial, entendida como:

A ciência e a arte de estabelecer objetivos gerais e específicos, decorrentes da interpretação dos interesses, necessidades e aspirações de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas e de altas habilidades (superdotadas), assim como de bem orientar todas as atividades que garantam a conquista e a manutenção de tais objetivos. (BRASIL, SEESP/MEC, 1994, p. 07).

Para isso, recorre-se aos documentos oficiais publicados pelo Ministério de Educação por meio da Secretaria de Educação Especial (SEESP), a partir da Política Nacional de Educação Especial (1994), documento identificado.

Após oito anos de intensa discussão no congresso nacional, foi sancionada, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 20 de dezembro de 1996, a nova lei de diretrizes e bases da educação nacional- lei nº 9394, merecendo destaque os artigos 58, 59,60 que tratam da educação especial, reafirmando a preferência do atendimento ao PNEES (Portadores de Necessidades Especiais) na rede regular de ensino.

A lei configura a perspectiva positiva de uma educação especial ligada à educação escolar e ao ensino público. Nesse sentido, o texto preserva os avanços contidos no projeto de lei da Câmara Federal. No artigo 58, caracteriza-se a educação especial como modalidade da educação escolar

destinada aos educandos portadores de necessidades especiais. Prevê-se, nos parágrafos 1º e 2º, a existência de apoio especializado no ensino regular e de serviços especiais separados quando não for possível a integração. Destaca-se no mesmo artigo a oferta da Educação Especial já na educação infantil, área em que o atendimento educacional ao aluno com necessidades especiais é, ao mesmo tempo, tão escasso quanto importante. (FERREIRA, 1998, apud FONTES, 2003, p.05).

A lei não define quem são as pessoas portadoras de necessidades especiais e que profissionais ou equipe farão a identificação desse grupo. Além disso, a lei prevê a integração, mas não especifica os critérios, metodologia e recursos humanos e financeiros que serão utilizados para a integração dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino. Falta informação pelo estado sobre os serviços especializados oferecidos.

Atualmente, no Brasil, tenta-se efetivar em todos os espaços sociais o que foi assegurado constitucionalmente, como o atendimento especializado aos portadores de deficiência, de preferência, na rede regular de ensino, bem como a integração total destes a sociedade. Entretanto, a efetiva realização dos programas implica inúmeras ações como a identificação preventiva e precoce que atenda a todas as crianças, principalmente as denominadas de alto risco, passando por um acompanhamento adequado e especializado no que se refere a serviços especiais, identificação correta, ensino compatível com a necessidade do aluno, inclusão no mercado de trabalho, etc.

Percebe-se que as ações, na prática, geram poucos resultados, esbarrando-se sempre em problemas de ordem política, financeira e social tais como:

- Insuficiência de ações organizadas, articuladas e coordenadas entre diversos níveis de planejamento nas esferas federal, estadual, municipal e particular, e entre as áreas de ação social, saúde, educação, previdência, trabalho e justiça;
- A escassez de recursos financeiros para programas de educação especial;
- As desigualdades nas oportunidades oferecidas em regiões, Estados, zonas urbanas e rurais, decorrentes do desequilíbrio geográfico, social e econômico.

Indivíduos portadores de necessidades especiais sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando no imaginário coletivo, a posição de alvos de caridade popular e assistência social, e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito a educação.

Os portadores de necessidades especiais são pessoas que apresentam um tipo ou mais de limitações funcionais, caracterizadas como permanentes, temporárias, totais, congênitas ou adquiridas, por diversas causas, entre elas a deficiência visual, auditiva, mental e físico-motoras. Além dos portadores de Síndrome de Down e Autismo. Também estão incluídos os portadores de distúrbios múltiplos de aprendizagem e os superdotados.

No decorrer da história da humanidade, sempre existiram pessoas portadoras de necessidades especiais.

No passado a sociedade desenvolveu quase sempre obstáculos a integração das pessoas deficientes. Receios, medos, superstições, frustrações exclusões, separações, etc. preenchem lamentavelmente vários exemplos históricos que vão desde Esparta a idade media. Na época clássica, as atitudes face as pessoas com deficiência iam do seu abandono nas florestas, casa de Atenas, ao aniquilamento nos desfiladeiros, como era o casa de Esparta. (FONSECA, 1989, p. 217)

Na escola inclusiva o processo educativo é entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. O alvo a ser alcançado é a integração da criança portadora de deficiência na comunidade. Uma escola inclusiva é uma escola líder em relação às demais.

Há em relação às escolas inclusivas altas expectativas de desempenho por parte de todas as crianças envolvidas. O objetivo é fazer com que as crianças atinjam o seu potencial máximo. O processo deverá ser dosado às necessidades de cada criança. Há um privilegiamento das relações sociais entre todos os participantes da escola, tendo em vista a criação de uma rede de autoajuda.

A escola inclusiva muda os papéis tradicionais dos professores e da equipe técnica da escola. Os professores tornam-se mais próximos dos alunos, na captação das suas maiores dificuldades. O suporte aos professores da classe comum essencial, para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem.

Vale atentar-se que os pais dos alunos com necessidades especiais têm também responsabilidade em ajudar no processo de inclusão do filho, ajudando-os, incentivando-os a atingirem seu pleno desenvolvimento.

De acordo com Mrech (2010?) deve-se atentar aos aspectos na montagem de uma política educacional de implantação da escola inclusiva, dos quais:

Desenvolvimento de políticas distritais de suporte às escolas inclusivas;
Assegurar que a equipe técnica que se dedica ao projeto tenha condições adequadas de trabalho;
Monitorar constantemente o projeto dando suporte técnico aos participantes, pessoal da escola e público em geral;
Assistir as escolas para obtenção dos recursos necessários a implementação do projeto;
Aconselhar aos membros da equipe a desenvolver novos papéis para si mesmo e os demais profissionais no sentido de ampliar o escopo da educação inclusiva;
Auxiliar a criar novas formas de estruturar o processo de ensino-aprendizagem mais direcionado as necessidades dos alunos;
Oferecer oportunidades de desenvolvimento aos membros participantes do projeto através de grupos de estudos, cursos.
Fornecer aos professores de classe comum informações apropriadas a respeito das dificuldades da criança, dos seus processos de aprendizagem, do seu desenvolvimento social e individual;
Fazer com que os professores entendam a necessidades de ir além dos limites que as crianças se colocam, no sentido de levá-las a alcançar o máximo da sua potencialidade;
Em escolas onde os profissionais têm atuado de forma irresponsável, propiciar formas mais adequadas de trabalho. Algumas delas podem levar a punição dos procedimentos injustos;
Propiciar aos professores novas alternativas no sentido de programar formas mais adequadas de trabalho. (MRECH, 2010, p.01).

Ressalta-se citar na presente pesquisa sobre as diferenças entre o princípio da normalização e da inclusão.

O princípio da normalização diz respeito a uma colocação seletiva do indivíduo portador de necessidade especial na classe comum. Neste caso, o professor de classe comum não recebe um suporte do professor da área de educação especial. Os estudantes do processo de normalização precisam demonstrar que são capazes de permanecer na classe comum. O processo de inclusão se refere a um processo educacional que visa estender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular. Envolve fornecer o suporte de serviços da área de Educação Especial através dos seus profissionais. A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto. (id ibid).

Surge então daí os conceitos de igualdade de oportunidades, direito a diferença, justiça social e solidariedade nas novas concepções jurídico-políticas, filosóficas e sociais de organizações que dão às pessoas com deficiência a ser consideradas como possuidoras dos mesmos direitos e deveres de todos os outros cidadãos e entre eles o direito a participação na vida social e a sua conseqüente integração escolar e profissional.

Perante mudanças na sociedade brasileira deve criar uma nova postura e também adaptar-se em um novo modelo de sociedade sendo ela, igualitária, democrática composta de sujeitos capazes de agir conscientemente com a participação do povo, que tenham atitudes e sejam menos submissos com lógica e coerência.

O sujeito deve se tornar questionador e crítico diante de uma realidade imposta a desigualdade social, que impera o autoritarismo e toma posse do poder político. O sujeito deve organizar-se e tomar posse de sua dignidade humana.

Quando as pessoas tem interação e é participativa, a dissolução de domínio de um grupo sobre o outro acontece e a democracia então passa a ser possível para todos. E o grande papel da escola nessa história, é a cidadania. Ao preparo de pessoas para o trabalho e para o futuro, que venha ser as ações críticas, reflexivas, chegando a independência do sujeito. A escola deve estar apta para desenvolver um trabalho consciente para viver em sociedade e perceber sua importância no meio social.

A escola não deve somente criar gênios da informática, e sim mostrar a essas pessoas os valores de justiça, igualdade, verdade e humildade. Deve formar cidadãos conscientes de suas ações e competências e responsabilidades. As capacidades do ser humano são imensas e ele é capaz de desenvolver ainda mais essas competências de maneira ampla e total. Tem que agir e trabalhar através das experiências adquiridas ao longo da vida no meio social.

O resultado de um bom relacionamento reflete-se no trabalho com o sujeito, portanto a escola tem um compromisso com o sujeito ou alunado que passa a maior parte de seu tempo dentro de uma escola.

A família ao matricular seu filho em uma escola espera que nesse ambiente ele vá socializar-se e também formar valores, adquirir bons hábitos, porém, o que acontece na realidade é que as escolas recebem esses alunos sem os conhecer e saber suas verdadeiras necessidades, esquece que são seres humanos que tem sua identidade e anseiam por atitudes e medidas personalizadas. A maioria desses alunos busca uma escola acolhedora, preparada para a inclusão sem discriminá-los seja pela raça, classe econômica, deficiência especial e outras diferenças. Mas a escola não esta totalmente preparada para as desigualdades social.

Nesse sentido Derval (2003), explica que Escola democrática norteada aos princípios democráticos sempre dando direito de participação igualitária, será um processo de constantes lutas e conquistas.

A concepção democrática de educação adotada por Piaget, (1994) baseia-se na defesa do direito a educação para todos os indivíduos da sociedade. Esse direito não vale apenas para a criança que já sofreu influências do ambiente familiar e que se encontra pronta para adquirir um ensino escolar, pois isso torna pobre o sentido da educação. Considera, também, que o direito à educação não tem o significado de garantir a todos apenas o aprendizado do cálculo, leitura e escrita, e sim o de assegurar à totalidade das crianças o pleno desenvolvimento de suas funções mentais e aquisição dos conhecimentos, bem como dos valores morais que correspondam ao exercício dessas funções.

Entende-se que a educação especial é o ramo da educação que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiência. Esta educação é organizada para atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais. Algumas escolas dedicam-se apenas a um tipo de necessidade, enquanto que outras se dedicam a vários.

A ação exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda não estão maduras para a vida social tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança determinados números de estados físicos, intelectuais e morais que dele reclamam, por um lado, a sociedade política em seu conjunto, e por outro, o meio específico ao qual está destinado. (DURKHEIM, 1973, p. 31)

A educação especial luta pela igualdade de oportunidades em que todos os indivíduos. Independente das suas diferenças deverá ter acesso a uma educação com qualidade e capaz de responder a todas as suas necessidades e esta luta é desde a antiguidade.

Atualmente, a educação especial vem buscando cada vez mais espaço e lutando pelos seus direitos a todos aqueles com necessidades especiais na sociedade de forma que se formem cidadãos autônomos e capazes de desenvolver toda sua capacidade, pois são merecedores de serem incluídos no ensino como outros alunos, livres para aprender, sem as fronteiras da exclusão para retê-los.

5 EDUCAR PARA CIDADANIA

Educar para a cidadania é nunca permitir que o dado seja aceito sem a necessária reflexão, sem consciência crítica; é ensinar a nunca se permitir ser objeto, mas sim, construtor de seu próprio ser, de sua própria identidade, do seu próprio mundo; é mostrar a presença do outro, do rosto que apela por relação, do rosto que apela por verdade, justiça, igualdade e solidariedade; é mostrar a vida como dom, como construção, como tarefa inconclusa, mas bela, trabalhosa, mas necessária. A prática da cidadania inicia-se dentro de casa. Logo ao nascer, se ganha um nome, uma família e sem perceber ganha também algo especial: passa-se a ser um cidadão e a fazer parte de um grupo de pessoas que têm direitos e deveres.

Przeworski (1989), explica que a escolha crucial é de participar ou não da democracia representativa de uma sociedade democrática, entretanto como alunos de escolas onde imperam o descaso e a descrença vão optar por participar? Já que os mesmos vivem à margem dos direitos sociais e, em uma reflexão mais aprofundada pode-se dizer que o dualismo da educação é fator que contribui para a marginalidade do indivíduo, tendo em vista que a educação, principalmente a pública conforme será constatado no decorrer do texto não vem cumprindo seu papel que visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho conforme consta no artigo 205 da Constituição Federal Brasileira.

Para que indivíduos tão diferentes convivam bem, é preciso que todos sigam regras. Muitas delas nós aprendemos em casa. Algumas na escola e com os amigos. E há outras que são estabelecidas pelas leis. No Brasil, a principal lei é a constituição, que definem direitos e deveres de todos os brasileiros.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, é uma lei feita para garantir os direitos dos mais jovens e determina que toda criança tem direito à vida, à saúde, à educação, à alimentação e à família para crescer saudável. Não importa a idade, a religião ou o grupo social, todos têm seus direitos. Mas um bom cidadão se preocupa também com seus deveres e com o bem-estar dos outros e sabe que, para ser respeitado, é preciso respeitar o outro. Se cada um faz sua parte, garante o melhor para todos.

[...] Democracia só se efetiva por ações e relações que se dão na realidade concreta, em que a coerência democrática entre o discurso e a prática é um aspecto fundamental. A participação não depende de alguém que dá abertura ou permite sua manifestação. Democracia não se concede conquista-se, realiza-se. (HORA, 2006, p. 133).

Diante do que se espera de uma escola seria um ambiente de constantes estudos e reflexões, para que se atingisse inovação e mudança visando o bem comum. Não obtendo essas características a escola passa então a se estruturar com ações que demonstram inflexibilidade e autoritarismo. Diante desta situação são imprescindíveis várias mudanças.

Para Delval (2003, p. 49), “A participação em uma sociedade democrática com o membro responsável exige que se produzam mudanças e renovações na organização da escola, assim como modificações na função dos professores”.

Sabe-se que o elo escola- professor- aluno não se mantém pela falta do diálogo, do afeto, da comunidade, da divisão de responsabilidades, da falta de oportunidade de se mostrar solidário com o outro em todo âmbito escolar.

Há infelizmente, algumas expressões normalmente usadas dentro da escola, por muitos professores como: “É problema da família” ou “Os pais não se preocupam, porque a escola o fará?” - “Eu faço muito pelo salário que me pagam!” e assim muitas outras, isentando-se da responsabilidade e justificando seu próprio fracasso. É através desses pensamentos que fica impossível a realização do verdadeiro sentido de educar.

Por isso, não podemos nos colocar na posição do ser superior que ensina um grupo de ignorantes, mas sim na posição humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo. É preciso saber reconhecer quando os educandos sabem mais e fazer com que eles também saibam com humildade. (FREIRE, 1981, pág.29).

Necessita-se que o professor perceba que cada um de seus atos pode definir e redefinir, inventar e reinventar as transformações para que haja uma relação expressiva com seu aluno. Torna-se relevante também que haja um conhecimento prévio de sua turma e também um planejamento de suas ações focadas na realidade de cada aluno. Na maioria das vezes esse discurso se torna vazio e ineficaz, sem reflexão e sem conhecimento verídico nas expressões de que se baseiam.

Ignorar o que os alunos vivem e sofrem, e ignorar seu conhecimento, contribui para que se formem pessoas mesquinhas e sem perspectivas no mundo. Às vezes alunos que têm as melhores notas na escola, não se ocupam inteligentemente em suas vidas, não se animam diante das falhas, não riem, não amam. Por esses parâmetros, salienta-se a diferenciação pedagógica, preparação para lidar com as diferenças e pluralidades, o desenvolvimento de competências e habilidades, o procedimento de transferência de conhecimento e por último, a educação para a cidadania, pois só desta forma haverá no futuro, cidadãos devidamente preparados para o efetivo exercício da democracia.

A educação mais democrática consiste em valorizar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária para que se fortaleça cada vez mais a democracia no processo pedagógico. Consta em diversos projetos de Gestão Democrática da Escola, uma oportunidade real de transformar a escola em um espaço público, onde diversas pessoas têm a possibilidade de articular suas ideias, estabelecerem diálogo e considerar diferentes pontos de vista.

Existem instituições de ensino que poderiam ser modelo na construção do caminho para a democratização da escola pública. Elas buscam, na construção coletiva, superar desafios e romper com a rotina burocrática. Os conteúdos de Pluralidade Cultural podem e devem trabalhar a cidadania através dos seguintes objetivos propostos pelos PCNs:

Conhecer a diversidade do patrimônio etnocultural brasileiro, cultivando atitudes de respeito reconhecendo a variedade cultural. Valorizar as diversas culturas presentes no país, reconhecendo sua contribuição no processo de constituição da identidade brasileira. Reconhecer as qualidades da própria cultura, valorizando-a criticamente e enriquecendo, dessa forma a vivência de cidadania. Desenvolver atitude de solidariedade em relação as pessoas vítimas de discriminação. Repudiar toda e qualquer forma de discriminação baseada em diferenças de raça, etnia, classe social, crença religiosa, sexo e outras características individuais ou sociais. Exigir respeito para si e para o outro, denunciado atitudes de discriminação ou qualquer violação dos direitos da criança e do cidadão. Valorizar o convívio pacífico e criativo dos diferentes componentes da diversidade cultural. Compreender a desigualdade social como um problema de todos e como uma realidade que pode ser transformada. Analisar atitudes e situações que podem resultar em discriminação e injustiça social. (BRASIL, 2005).

Dessa forma, existe um apoio aos métodos de inclusão social, de acordo com o que está sendo proposto no PCNs.

6 COMPROMISSO POLÍTICO: Abordagens sócio-cultural.

Na obra de Freire, “Cultura Popular” (1979) enfatiza aspectos-socio-político-cultural, significativos no contexto brasileiro. O fenômeno da preocupação com a cultura popular sugere após a II Guerra Mundial, a ligação à problemática da democratização à cultura. Em países industrializados, o movimento de Cultura Popular voltado para os valores que caracterizam um povo em geral. Já nos países do Terceiro mundo, esse movimento tem-se voltado frequentemente, por exemplo, para camadas socioeconômicas inferiores, e uma de suas tarefas têm sido a de alfabetização de adultos.

Parte sempre do que é inerente ao povo, sobre tudo do que as pessoas assimilaram como sujeitos, não lhe fornecendo, portanto, coisas prontas, mas procurando trazer valores que no inerente a essas camadas da população e criar condições para que os indivíduos os assumam e não somente os consumam.

O Movimento de cultura popular no Brasil, até 1964, contribuiu para a elaboração de uma verdadeira cultura, a partir de uma motivação de cunho vivencial. Tratava-se de um trabalho com o objetivo de possibilitar uma real participação do povo enquanto sujeito de um processo cultural.

A proposta de Paulo Freire supõe-se que os educadores brasileiros, ou pelo menos parte deles, possam ter tido informações a seu respeito, quer nos cursos de formação de professores, quer na literatura disponível, o que, igualmente, pode ter influenciado suas concepções de homem, mundo, cultura, educação, assim como a sua ação educativa.

O Homem cria a sua cultura na medida em que, se integrado nas condições de seu contexto de vida, reflete sobre ela e dá resposta aos desafios que encontra. Entende-se cultura como, de acordo com Freire, (1974, p. 41): “Todo o resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem, de seu trabalho para transformar e estabelecer relações dialogais com outro homem”.

Desta forma, cultura constitui a aquisição sistemática da experiência humana, aquisição esta que será crítica e criadora e não simplesmente armazenamento de informações justapostas que não foram incorporadas ao indivíduo total.

A história consiste, pois, nas respostas dadas pelo homem a natureza,

aos outros homens, as estruturas sociais e na sua tentativa de ser progressivamente cada vez mais o sujeito de sua práxis, ao responder aos desafios de seu contexto. Consiste também numa cadeia continua de épocas.

Caracteriza-se por valores, aspirações, necessidades, motivos. Numa época se cumprirá na medida em que seus temas são captados e suas tarefas realizadas, e torna-se superada quando os seus temas e tarefas não são mais pertinentes às novas necessidades que surgem.

Necessita-se dessa forma do trabalho humanizante ser inicialmente um trabalho de desmistificação, consistindo a conscientização num processo de tomada de consciência crítica de realidade que se desvela progressivamente. Os mitos ajudam a manter a realidade da estrutura dominante.

Quando os temas são ocultos pelas situações-limite, situações que não são percebidas claramente, as respostas dos homens, sob forma de uma ação histórica, não poderão ser cumpridas, que de maneira autêntica, quer crítica. Os homens são incapazes de transcender essas situações-limite como a fronteira entre ser mais humano, começa a trabalhar de maneira cada vez mais crítica, para alcançar o possível ainda não experimentado.

A humanização evocação do homem. Muitas vezes, para que o sujeito se reconheça no objeto (a situação existencial codificada) é necessário que ele reconheça o objeto como uma situação na qual se encontra com outros sujeitos. É necessária a análise de sua situação concreta, existencial, codificada. Esta codificação exige que se passe do abstrato ao concreto, da parte para o todo, para depois se voltar novamente às partes.

A distribuição das diversas modalidades de consciência varia do ponto de vista de sua ocorrência social relativamente à conjuntura histórica do país considerado.

No caso de sociedades latinas americana, que são apresentadas em geral como sociedades fechadas desde o tempo da conquista por espanhóis e portugueses, a cultura do silêncio tomou forma. De modo geral estas sociedades continuam ainda fechadas, dependentes, sendo que as mudanças que normalmente ocorrem estão relacionadas com os pólos de decisão que essas sociedades são objeto, em diferentes momentos históricos.

As sociedades dependentemente caracterizadas por processos culturais alienados, onde, obviamente, o próprio pensamento-linguagem é alienado. Não a

manifestação de pensamento autêntica. Seu conceito de realidade não corresponde à realidade objetiva, mas a realidade que o homem alienado imagina. O homem alienado não se relaciona com a realidade objetiva, como um verdadeiro sujeito pensante; o pensamento é dissociado da ação. O homem alienado é atraído pelo estilo de vida da sociedade dominante e não se compromete com o seu mundo real. Sua sociedade forma de pensar é reflexa do pensamento e expressões da sociedade dominante. Por seu lado as sociedades dominantes sofrem processo de alienação ao se convencerem da infalibilidade do seu processo.

Durante os processos de transição, no entanto pelos quais essas sociedades podem passar, e passará em virtude de mudanças econômicas, o caráter estático da sociedade fechada dá lugar progressivamente ao dinamismo que se apresenta em todas as dimensões da vida social. As contradições emergem, provocando conflitos e os velhos modelos da sociedade fechada já não são mais válidos, quando as massas se constituem em presença histórica que surge. As etapas de transição dessas sociedades são caracterizadas por períodos históricos, que são os mais problematizadores e os mais criativos. Numa democracia autêntica, pois, os indivíduos não se reduzem a objetos para o poder constituído, mas são co-responsáveis e co-participantes desse poder.

7 EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL

Toda ação educativa, para que seja válida, deve necessariamente, ser precedida tanto de uma reflexão sobre o homem com de uma análise do meio de vida desse homem concreto, a quem se quer ajudar para que se eduque. O homem se torna, nesta abordagem, o sujeito da educação. A ausência de uma reflexão sobre o homem implica o risco de adoção de métodos educativos e diretrizes de trabalho que o reduzem à de objeto.

É preciso que a educação esteja, em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos, adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoas, transformar o mundo e estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história... (Freire, 1981, p.42)

O homem não participará ativamente de história, da sociedade, da transformação da realidade, se não tiver condições de tomar consciência e, mais ainda da sua própria capacidade de transformá-la.

É preciso que se faça, pois, desta tomada de consciência, o objetivo primeiro de toda educação: provocar e criar condições para que se desenvolva uma atitude de reflexão crítica comprometida com a ação.

A educação se dá, enquanto processo em contexto que deve necessariamente ser levado em consideração.

Todavia, na verdade, a neutralidade da educação é impossível como impossível é, por exemplo, a neutralidade na ciência. Isso quer dizer que não importa se como educadores somos ou não conscientes, a nossa atividade desenvolve-se ou para a libertação dos homens – a sua humanização – ou para sua domesticação – o domínio sobre eles. Precisamente por causa disso penso que é muito importante esclarecer as diferenças de formas de ação no campo educacional, afim de tornar possível a nossa verdadeira opção ou escolha. Se a minha escolha é a da libertação, a da humanização, é – me absolutamente necessário ser esclarecido de seus métodos, técnicas e processos que tenho de usar quando estou diante dos educados. Geralmente, pensamos que estamos a trabalhar para os homens, isso é com os homens, para sua libertação, para sua humanização, contudo, estamos a utilizar os mesmos métodos com os quais impedimos os homens de se tornarem livres. Isto passa-se desse modo precisamente porque estamos impregnados de mitos que tornam incapazes de desenvolver um tipo de ação a favor da liberdade, da liberdade. Assim, não é apenas necessário saber que impossível haver

neutralidade da educação, mais é absolutamente necessário definir ambas essas ações diferentes, antagônicas. Por isso, preciso de analisar, de conhecer, de distinguir esse diferentes caminhos no campo da educação. (FREIRE, 1981, p. 24)

Para Mizukami, (1986, pág. 95.): “A educação é fator de suma importância na passagem das formas mais primitivas de consciência para a consciência crítica, que, não é um produto acabado mais um vir – a – ser contínuo”.

“A inclusão representa, de fato, uma mudança subjetiva e nos valores para as escolas e para a sociedade como um todo. É um processo que deve começar bem antes de a criança ir para a escola”. (MITTER 2002, apud NOVAES, 2006, p. 12).

Quando deixa de ser utópico, não mais enfocando a unidade denunciar, é porque o futuro não significa nada para o homem ou porque este teme arriscar o seu futuro por ter conseguido dominar a situação presente. Essa esperança utópica implica compromisso cheios de risco e terá de ser um ato de conhecimento da realidade denunciada, tanto ao nível de sua alfabetização como de sua pós-alfabetização, que são, em ambos os casos, ação cultural.

7.1 Ensino-Aprendizagem

Ensino – aprendizagem assume um significado amplo, tal qual o que é dado á educação. Não a restrições ás situações formais de instrução.

O educador é sempre um sujeito cognoscente, que quanto se preparar, quer quando se encontrar dialogicamente com os educados. A educação problematizadora implica um constante ato desvelamento da realidade e é um esforço permanente, através do qual os homens vão percebendo criticamente como estão sendo no mundo. Esta educação supera, pois, o autoritarismo de educador bancário assim como o intelectualismo alienante e a falsa consciência do mundo. A ação do homem, sem objetivos, não constitui práxis e sim uma ação ignorante de seu próprio processo histórico e de sua finalidade. A base da ação planifica do ser humano (inter-relação entre a consciência do objeto proposto e o projeto empreendido para alcançá-lo) implica opções de valor, métodos e objetivos.

Em tal contexto é compreendido como um ato de conhecimento, que implica dialogo autentico entre professor e aluno.

Neste processo, os alunos deveram assumir desde o início o papel de sujeitos criadores. Aqui é necessário que considere a unidade de pensamento – ação, pois para Paulo Freire, os aspectos cognitivos do processo de alfabetização devem incluir necessariamente as relações dos sujeitos com o seu mundo.

Aprender a ler e escrever deveria ser uma oportunidade para que o homem saiba qual é o significado verdadeiro de “falar a palavra”, um ato humano que implica reflexão e ação. Deveria ser considerados como um direito humano primordial e não o privilégio de poucos. Falar uma palavra não é um ato verdadeiro se não estar ao mesmo tempo associado com o direito de “expressar a si mesmo”, “expressão mundo”, criando e recriando, decidindo, elegendo e, finalmente participando processo histórico da sociedade. (Freire, 1975 8 d, p. 30)

A educação, portanto, é uma pedagogia do conhecimento, e o diálogo, a garantia desde ato de conhecimento. Para que sejam atos de conhecimento, o processo de alfabetização de adultos, assim como qualquer outro tipo de ação pedagógica, deve comprometer constantemente os alunos com a problemática de sua situação existente.

7.2 Professor Aluno.

Para que o processo educacional seja real é necessário que o educador se torne educando, por sua vez, educador. Quando esta relação não se efetiva, não a educação. O homem assumira a posição de sujeito de sua própria educação e, para que isto ocorra, deverá estar conscientizado do processo: é, portanto, muito difícil pretender participar de um processo educativo que, por sua vez é processo de conscientização, a menos que seja consciente de si e de tal processo.

Um professor que esta engajada numa prática transformadora procurará desmistificar e questionar, com aluno, a cultura dominante valorizando a linguagem e cultura deste, criando condições para que cada um deles analise o seu contexto e produza cultura. Os conteúdos dos textos utilizados serão constantemente analisados no sentido de expressarem pontos de vista do autor e do grupo social e cultural que representam os conhecimentos científicos analisados como um produto

histórico, representado a interpretação física, biológica, psicológica etc. dos fenômenos, um determinado momento concreto. O professor procurará criar condições para que, juntamente com os alunos, a consciência ingênua seja superada e que estes possam perceber as contradições da sociedade e grupos em que vivem.

Haverá preocupação com cada aluno em si, com o processo e não com o produto de aprendizagem acadêmica padronizada. O diálogo é desenvolvimento, ao mesmo tempo em que é oportunizada a cooperação, a união, a organização, a solução em comum dos problemas. Os alunos participaram do processo aprendizagem juntamente com o professor.

Cabe a escola democraticamente educar a todos mantendo todos os níveis de exigências e de rigor compatíveis com o sentido da educação garantindo-lhes oportunidades para que sua criatividade não esbarre em limites”. Para conciliar a melhor educação para todos necessita buscar mais equilíbrio, nunca limitando a criatividade e nunca negando a igualdade de oportunidades, para manter um equilíbrio cabe refletir no que significa educar e o que é ser educador.[...] As escolas, portanto, desde quando pela primeira vez surgiram ,apareciam abrigando em suas finalidades uma contradição: eram necessariamente conservadoras, pois só assim transmitiam o aprendido, mas precisavam ser ao mesmo tempo inovadoras para garantir a criação e assegurar progresso. “Na escola, antes como agora, integram-se o preservar e o inovar”.Uma boa educação, uma boa escola, um bom professor, uma boa aula ocorre sempre quando esse equilíbrio se manifesta. (ANTUNES, 2013, p. 44).

8 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva visa congregar a educação comum e a educação especial, na implantação de um contexto gerador, onde nenhuma criança seja excluída do sistema educacional. A educação inclusiva teve início nos Estados Unidos, através da lei pública 94.142, de 1975.

Integração significa o reestabelecer de formas comuns de vida, de aprendizagem e de trabalho entre pessoas “deficientes” e “não-deficientes.. Integração significa ser participante, ser considerado, fazer parte de, ser levado a sério e ser encorajado. A integração requer a promoção das qualidades próprias de um indivíduo, sem estigmatização e sem segregação. Realizar pedagogicamente a integração significa, seja no jardim da infância, na escola ou no trabalho, que todas as crianças e adultos (deficientes ou não), brinquem/aprendam/trabalhem de acordo com o seu nível próprio de desenvolvimento em cooperação com os outros. (STEINEMANN, 1994, p. 07).

Entre os pontos principais de discussão na referida conferência, destacou-se a necessidade de se prover maiores oportunidades de uma educação duradoura, que por sua vez implica em três objetivos diretamente relacionados, e que trarão consequências a educação especial:

- Estabelecimento de metas claras que aumentem o número de crianças frequentando a escola;
- Tomada de providências que assegurem a permanência da criança na escola por um tempo longo o suficiente que lhe possibilite obter um real benefício da escolarização;
- Início de reformas educacionais significativas que assegurem que a escola inclua em suas atividades, seus currículos e através de seus professores, serviços que realmente correspondem as necessidades de seus alunos, de seus respectivos pais e das comunidades locais, e que correspondem as necessidades das nações de formarem cidadãos responsáveis e instruídos.

O direito das crianças com necessidades especiais de fazer parte da sociedade dita “normal” tem sido abordado e questionado a ponto de podermos evidenciar avanços, pelo menos no que se trata das leis que asseguram o direito e dever de todos os cidadãos de aprender. A Organização das Nações Unidas e outros órgãos internacionais iniciaram em 1990, discussões acerca do problema dos marginalizados na educação, ou seja, pessoas com necessidades especiais que estavam fora do plano nacional de educação. Então, foram apresentadas estatísticas que comprovaram a discriminação e o movimento ficou conhecido como Movimento de Educação para todos. (MILLS, 2003, P. 232-262).

Na escola inclusiva o processo educativo é entendido como um processo social, onde as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito a escolarização e mais próximo possível do normal. O alvo a ser alcançado é a integração da criança portadora de necessidades especiais na comunidade.

Seu objetivo maior é fazer com que a escola atue através de todos os seus escalões para possibilitar a integração das crianças que dela fazem parte. Na base da educação inclusiva encontra-se o princípio da inclusão social.

A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e conseqüentemente uma sociedade para todos. A inclusão (na sociedade, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde, etc.)significa que a sociedade deve adaptar-se as necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida. (SASSAKI, 1997, p.168).

A educação inclusiva não pode ser reduzida apenas a quebra de processos de exclusão e marginalização dos indivíduos na sociedade, indo mais além, propondo a inclusão do sujeito na sociedade. A implantação de uma sociedade inclusiva implica na minimização ao Máximo de injustiça, preconceito e desigualdade social, aonde a sociedade não venha a utilizar as suas instituições para estigmatizar os seus participantes, mas auxiliá-los.

O grande desafio que enfrentam as escolas inclusivas é o de desenvolver uma pedagogia centralizada na criança, capaz de educar com sucesso todos os alunos. O que significa este pensar, no que diz respeito a pratica educacional?

Em primeiro lugar, significa reconhecer que, a exemplo do que diz a declaração de Salamanca:

A inclusão e participação são essenciais a dignidade humana e ao gozo dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento

de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade [...] O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. as escolas inclusivas devem reconhecer e responder as diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem, e assegurando uma educação de qualidade, a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade[...] . Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva [...]. (UNESCO, 1994, pág..61)

A educação ao adotar a diretriz inclusiva no exercício de seu papel socializador e pedagógico, favorece essa abertura solidária, sem preconceitos, de que todos são dignos e iguais na vida social. Sabe-se que a base de tudo é o amor.

A inclusão representa um avanço em relação ao movimento de integração escolar, o qual pressupunha o ajustamento da pessoa com deficiência para sua participação no processo educativo desenvolvido nas escolas comuns.

8.1 Escola Inclusiva.

Uma escola aberta à diversidade tem de dar respostas às necessidades concretas de todos os alunos, rompendo modelos rígidos e inflexíveis. A escola tem que se flexibilizar para que possa acolher uma diversidade de alunos com diferentes interesses, motivações e capacidades de aprender. Em suma é a escola que deve adaptar-se a criança e não o contrario como ocorreu ate agora.

Encontrar a resposta mais adequada a cada aluno pressupõe uma atitude de busca constante de soluções que nos permita ajustar a cada momento a ação educacional a realidades concretas que por definição mudam constantemente. Este processo dinâmico de busca de soluções não é nada alem da inovação educacional. Inovar significa ter uma atitude aberta a mudança, baseada na reflexão da própria tarefa, descobrindo novos caminhos que melhorem a qualidade do ensino e buscando a solução a soluções mais adequada a situações novas.

Muitas das inovações propostas perdem-se antes de chegar as salas de aula, o que faz com que a inovação educacional pareça ser uma eterna utopia.

Mas, vamos nos limitar as mudanças que são necessárias para conseguir a inovação educacional na sala de aula e dar respostas aos alunos com necessidades educacionais especiais. Para que esses possam desenvolver suas aptidões de forma plena.

“A baixa auto-estima não é uma conseqüência direta da aparência física, mas se define pela natureza da relação que se estabelece entre a pessoa e seu entorno social”. (SILVA, 2006, p. 24). Incluir esses alunos é oportunizá-los a desenvolver suas potencialidades

Esta nova era, vem para traduzir em novos ambientes e aprendizagem através dos mais diversos recursos tecnológicos, a fim de atender as mais diversas formas de aprendizagem humana, corroborando assim para estreitar-se às diversidades e aumentar as oportunidades dos que antes eram vistos como ‘improdutivos’, esta deve ser a principal preocupação quando se fala em educação inclusiva: “Preparar o aluno para novos conhecimentos e novas tecnologias, além de se preocupar com a sua capacidade de aprender” (FERREIRA e GUIMARÃES 2003, p.137)”.

8.2 A responsabilidade do professor quanto à Educação Inclusiva.

Temos que apontar as dificuldades e traçar os caminhos para superá-los em busca de uma sociedade justa, digna e que respeite todos os indivíduos que a compõem.

É importante que o trabalho seja feito em conjunto, entre especialista (psicólogos, médicos, professores) e a família, que é o grupo que passa grande parte do tempo com o portador de deficiência. Esta deve receber orientação dos especialistas, mas deve também dar sua opinião e buscar meios de facilitar a inserção do membro na sociedade.

O educador tem o compromisso com o processo de transformação do ser humano, precisa proporcionar recursos para que possam através de suas potencialidades, desenvolverem a aprendizagem. E se em algumas pessoas, a aprendizagem não corresponda aos padrões sociais, elas não deixam de seres humanos e o compromisso do educador continua sendo o mesmo. (SILVA, 2008, p. 29)

A família precisa entender o seu papel fundamental no desenvolvimento

do portador de deficiência que ele precisa fazer parte das atividades desenvolvidas pela mesma, ser ouvido, fazer parte das discussões familiares, dar opiniões, mesmo que o seu raciocínio, não seja coerente, mas ele precisa sentir que faz parte da família que traz benefícios, e é , a partir daí , que ele vai conseguir se inserir na escola e na vida social.

Assim, o mais difícil, penoso e demorado a fazer é mudar a concepção das pessoas quanto à natureza da escola. Porque a escola inclusiva será aquela em que a ninguém, sob nenhum pretexto, será negado o direito de nela permanecer e todos - professores, funcionários, pais e alunos - estarão em condições de viver e conviver com as diferenças. (GUIMARÃES, 2002, p.13).

Sabe-se que muitas vezes os professores não estão preparados para esta nova realidade e nem todas as escolas estão estruturadas para atender este alunado. Vê-se então a necessidade de formar educadores que saibam trabalhar com currículos e metodologias compatíveis com uma visão de inserção, participação e integração.

Os professores precisam de oportunidades para refletir sobre as propostas de mudança que mexem com seus valores e com suas convicções, assim como aquelas que afetam sua prática profissional cotidiana. Os professores já estiveram sujeitos a uma avalanche de mudanças, nas quais suas visões não foram seriamente consideradas. É importante que a inclusão não seja vista apenas como uma outra. Não há dúvida de que podemos pensar na escola como instituição que pode contribuir para a transformação social. Mas, uma coisa é falar de potencialidades , uma coisa é falar “em tese”, (grifo do autor), falar daquilo que a escola poderia ser, outra coisa bem diferente é considerar que a escola já esteja cumprindo esta função. Infelizmente essa escola é sim reprodutora de certa ideologia dominante.[...]. (PARO, 2001, p. 10)

O aluno do ensino especial deverá aprender a participar, participando de atividades que naturalmente ocorrem em ambientes familiares e na comunidade, dos quais, devem frequentar. Portanto, o professor deverá estar capacitado a planejar, executar e avaliar situações de ensino - aprendizagem que atendam a estes requisitos.

O professor deve utilizar métodos que façam com que os alunos, que geralmente tiveram histórias de fracasso, adquiram autoconfiança e tenham sucesso nas experiências escolares.

O professor tem um papel fundamental neste processo de integração.

Mas é preciso muito mais do que informação e reflexão dos professores, é preciso que se invista na educação, que se estruturam as escolas, que facilitem o trabalho do professor, e também é preciso que se invista em pesquisas sobre o assunto, para que as mesmas possam encontrar as dificuldades, analisá-las e procurar formas de solucionar o problema.

Um grande esforço está sendo feito e muito ainda há que se fazer. Educadores estão buscando respostas, alternativas que levem à construção de uma escola na qual se exerça o direito de cidadania que, no caso, é o direito da criança e do adolescente de permanecer, no seu tempo escolar, em um ambiente que proporcione, em condições de eqüidade, acesso ao saber, à construção do conhecimento e à formação cidadã. (Id. Ibid.)

Entende-se a relevância que a escola comum tem na vida da criança com necessidades especiais. Essas crianças têm direito a ser incluídas nela. Cabe, portanto aos sistemas de educação adequar-se às diferenças, de forma a capacitar professores e todos os envolvidos na escola, para que essa criança tenha um ensino de qualidade, que as capacite para o futuro profissional. Nesse sentido Guimarães (2002, p. 10), afirma que: “Além do processo de redemocratização e a construção do estado democrático de direito, o recado mais contundente que a sociedade brasileira dá a todos nós educadores é o Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Percebe-se que existem leis que vêm a dar respaldo na inclusão escolar dessas crianças, sendo que torna-se relevante que pais e educadores lutem em prol desses pequenos, que não são menos capazes, por suas diferenças, e podem atingir o topo, se confiarem nelas e jamais excluí-las.

9 FORMAS DE ATENDIMENTO (segundo orientação SD Nº 01/2005)

Atendimento diferenciado oferecido aos alunos com deficiência que frequentam escolas comuns.

SERVIÇOS:

Apoio: educacional dentro ou fora da sala de aula, no mesmo turno da escolarização.

Itinerância: visitas periódicas e sistemáticas feitas pelo professor da escola especial a escola comum onde o aluno está incluído no seu turno de escolarização.

Interpretação de libras: alocação de profissional capacitado, com a formação de intérprete na sala de aula de escolas de ensino comum com quadros de surdez.

Instrução de libras: ensino ministrado por profissional surdo para alunos surdos, professores e demais alunos não surdos da rede estadual de ensino,

Instrução de códigos aplicáveis: ensino ministrado por profissional capacitado.

Orientação e Mobilidade: desenvolvimento em aluno cego, com baixa visão e surdo cego, da habilidade de reconhecer e relacionar-se com o meio ambiente de maneira adequada.

Guia interprete: suporte na comunicação, orientação e mobilidade na organização de materiais didático-pedagógicos, na sala de aula, para atender o aluno surdo cego.

Professor de apoio: apoio ao processo de escolarização do aluno com deficiência múltipla ou condutas típicas que tem inviabilizada sua inserção em sala de aula em todo o período escolar.

COMPLEMENTAÇÃO- atendimento educacional especializado no contraturno de escolarização.

SERVIÇOS: Sala de recursos: em escola comum ou especial, devendo o professor capacitado oferecer complementação curricular para alunos com deficiência ou condutas típicas, matriculados em escola comum.

Oficinas pedagógicas de formação e capacitação profissional: em escolas comuns ou especiais, orientadas por professores habilitados ou capacitados.

SUBSTITUIÇÃO

SERVIÇOS:

Classe especial: turma organizada, exclusivamente, em escola comum, com espaço físico, material e sob a regência de professor especializado (PDI).
Escola especial: para alunos com severas deficiências e condutas típicas. Proposta pedagógica será implementada por equipe de profissionais de diferentes áreas. Prestará apoio especializado aos alunos incluídos e participará da capacitação de professores que atuam em outras escolas.

10 CONCLUSÃO

O governo precisa preocupar-se com a estrutura física nas vias públicas, nas escolas, com a capacitação de profissionais em Educação Especial, para tratar de pessoas com suas especialidades. Inclusão não se faz com injeção de alunos deficientes nas escolas despreparadas com profissionais despreparados, como tem ocorrido em instalações educacionais precárias em muitos municípios.

A educação é importante na formação da identidade nacional. Um dos grandes desafios dos cursos de formação de professores é a criação de um currículo que desenvolva, nos acadêmicos, competências, habilidades e conhecimentos eficientes para trabalhar em uma escola democrática e inclusiva, aberta a todos, independentemente das diferenças, ofertando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social. A educação tradicional baseada no autoritarismo, no tecnicismo deve acabar.

Uma criança que tenha alguma deficiência, seja qual for ela, é capaz de realizar grandes coisas se sentir-se confiante. E para isso acontecer é preciso que convivam com pessoas que realmente confiam nelas.

A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais é a melhor forma de oportunizar a criança de desenvolver todas suas potencialidades.

Os profissionais da escola devem estimular esses alunos a tomarem suas próprias decisões, de forma que eles possam se tornar cada vez mais independentes, facilitando assim, um processo de inclusão escolar que não se restringe apenas a alunos com necessidades educacionais especiais, mas a todos os alunos.

Uma gestão democrática escolar reconhece o aluno como sujeito de direitos, presente em uma ordem política, econômica, social e cultural. É preciso superar todas as desigualdades sociais, raciais, religiosas, etc.

Urgentemente é preciso promover a reforma estrutural, organizacional e profissional das instituições de ensino e assegurar efetivamente a inclusão das pessoas com necessidades especiais, cobrar de nossos governantes mais seriedade, comprometimento com nossa sociedade, com nossos deficientes e cumprimento das leis.

Pergunta-se se os professores estão sendo capacitados para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive para os educandos que apresentam

necessidades especiais? Será que o governo tem contribuído para isso?

A resposta é que cada vez mais há casos de pais insatisfeitos com a forma falha que seus filhos recebem a “educação especial” que têm direito e também o prejuízo tido por esses educandos.

Inclusão significa, portanto, dar ao professor e a escola o suporte necessário a sua ação pedagógica, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada.

Atualmente a legislação brasileira posiciona-se pelo atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns das escolas em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino.

A legislação atual é de certa forma avançada e inovadora incluindo tópicos que vem ao encontro de programas educacionais que buscam incluir os alunos portadores de necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Por outro lado as leis educacionais estão escritas, mas não são colocadas em prática, em sua extensão e especificidades.

A maioria das escolas não oferecem a estes alunos subsídios adequados para um desenvolvimento satisfatório, diante da sua dificuldade ou limitação. É necessária uma escola com profissionais capacitados e uma sala recurso com um profissional especializado para atender a necessidade apresentada nesse aluno no campo educacional.

A educação brasileira tem hoje, portanto, um grande desafio: garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos – inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais. Aos poucos esta surgindo uma nova mentalidade, cujos resultados deverão ser alcançados pelo esforço de todos, no reconhecimento dos direitos dos portadores de necessidades especiais.

O suporte que as escolas hoje, oferecem para este alunado ainda se encontra precário. São poucas as escolas inclusivas que oferecem todo o respaldo que estes alunos necessitam.

Ou seja, que haja uma Inclusão de qualidade àquele que necessitar dela. O bom atendimento das instituições a essas crianças, ainda continua sendo a porta de entrada para um primeiro contato com esse alunado.

Durante muitos anos propagou no país a ideia de democracia. Destacando a harmonia ética, social, econômica, religiosa, cultural e de outros

elementos que compõe a população brasileira. Essas interpretações também difundidas pelos livros didáticos, apenas contribuíram para esconder debaixo do tapete, a discriminação social, ignorando a inclusão.

A escola é um dos lugares onde esse cenário se desdobra. Saber discutir inclusão e incluir os alunos a partir das diferenças dos próprios alunos é um modo de conduzir a inclusão de forma mais próxima da realidade. Só será efetiva a democracia, com a participação de todos.

A educação não apenas se caracteriza como um direito de pessoa, mas fundamentalmente, é seu elemento constitutivo.

O que esperar do rendimento escolar de uma criança deficiente, filha de pais semianalfabetos, que vive na periferia e nunca ouviu falar de uma escola inclusiva? Nada de mais, a não ser que ele tenha as mesmas condições de aprendizado de qualquer outro estudante proveniente de um “berço” mais privilegiado. É necessário reconhecer as diferenças. Esse é o caminho mais curto para se fazer inclusão. E se fazer democracia.

Incluir não é integrar. Não é oferecer a este aluno um ambiente de socialização. É sim, oferecer a ele um lugar de apoio para atender as suas necessidades tanto na aprendizagem como no meio social. É uma forma de dar liberdade à essas crianças de irem até o topo de suas capacidades. É levá-las para frente, sendo o ato de incluir um impulso para que essas crianças se tornem vitoriosas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A. **Aceita um conselho?** - Como organizar o Colegiado escolar. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002. (Guia da escola Cidadã; v. 8).

ANTUNES, Celso. **Professores e Professauros**, 2013. pg,44. **O que significa educar**. 3ª Ed. Editora vozes.

BRASIL, Decreto nº 3.298 de 20/12/1999. **Regulamenta a Lei nº. 7.853, dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa com deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências**. Brasília, DF.

_____**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** – DF 2005. Disponível em <http://diversidade.mec.gov.br/>. Acesso em 10 de mar. 2014.

_____**Política Nacional de Educação Especial**. In: Mensagem da APAE. 1994.

_____**Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001**. Conselho Nacional de Educação Básica.

CARVALHO, M. A. **Educação especial: tendências de hoje**. In: Projeto Crescer. Fundação Brasileira de Educação. CEN. Niterói, 1993. v. I.

CORTELLA, M.S. **Não espere o Epitáfio- provocações filosóficas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O princípio da gestão democrática na educação: gestão democrática da escola pública**. 2010. p.14. Disponível em <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/151253gestaodemocratica.pdf>. Acesso em 04 de mar. 2014.

DELVAL, Juan. Rumo a uma educação democrática. Pátio: **revista pedagógica**. Porto Alegre, ano VII, n. 25, p. 48-51, fev./abril 2003.

DURKHEIN, Émile. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

FERREIRA, Naura S. C. – **Gestão Democrática na educação: atuais tendências, novos desafios** – São Paulo: Cortez, 2006.

FONTES, Rejane de S. “Estigma: uma prisão sem grades”. In: **Revista Integração**.

Brasília, Ano 7, nº 19, 1997, p. 41-6.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 39. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1996.

_____. **Educação e mudança**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1981.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1987.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo e GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Editora: DP&A, 2003.

FONSECA, v. **Educação especial**. Lisboa: Edição Notícias, 1989.

GADOTTI, Moacir. **Gestão democrática e qualidade de ensino**. Disponível em <http://www.paulofreire.org/pub/institu/SubInstitucional12030+003Ps002/GestDemoc.pdf>. Acesso em 04 de mar. 2014

GUIMARÃES, Tânia Mafra. **Educação Inclusiva: construindo significados novos para a diversidade**. 1ª ed. Belo Horizonte: Gráfica Lê. 2002.

GURGEL, Thais. Inclusão, só com aprendizagem. **Revista Nova Escola**. São Paulo, ed.206, out.2007. <http://revistaescola.abril.com.br>. Acesso dia 10 de mar. 2014.

HORA, Denair Leal da. **Gestão democrática na escola: Artes e ofícios de participação**. . (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico) Campinas: SP: Papirus, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 19 ed. São Paulo. Loyola, 2003.

MARTINS, Ana Paula. **Os sentidos da escola: formações discursivas de jovens e adultos**. P. 5. Disponível em <http://www.celsul.org.br/Encontros/06/individuais/13>. Acesso em 04 de mar. 2014.

MARTINS, Lúcia Araújo Ramos, PIRES, Gláucia Nascimento da Luz, MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. (Org.) **Inclusão: compartilhando Saberes**. 2. ed. Petrópolis. R.J.: Vozes, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: cortez, 1996.

MILLS, Nancy Derwood. A educação da criança com Síndrome de Down. In: SCHWARTZMAN, José Salomão. (Org.). **Síndrome de Down**, 2. ed. São Paulo: Memnom: Mackenzie, 2003. Cap. 3, p. 232 – 262.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: As abordagens do processo**. São Paulo: EPV, 1986.

MRECH, Leny Magalhães. **O que é Educação Inclusiva?** Disponível em http://www.inclusao.com.br/projeto_textos_23.htm. Acesso em 08 de mar. 2014

NOVAES, Maria Eliana. **Caderno de textos para formação de professores da rede pública de ensino de Minas Gerais**. 1ª ed. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Geraes. 2006.

PARO, V. H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Escola e cidadania: O papel da escola na formação para a democracia**. (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed, 2005.

PIAGET, Jean. **O Juízo Moral da Criança** (1932). São Paulo: Summus, 1994.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: wva, 1997..

SCHNEIDER, Magali Besser Dorneles. **Subsídios para ação pedagógica no cotidiano escolar inclusivo**. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/art_subsidios_para_acao.asp . Acesso em 10 de mar. 2014.

SILVA, Adilson Florentino da. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais - Deficiência Física**. Brasília-DF: Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP); Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC), 2006.

SILVA, Laura Peres da. **Integração e inclusão do aluno portador de deficiência na rede de ensino regular**. São Paulo, 2008.

STEINEMANN, **Currículo e Cultura**. 1994. Disponível em <http://curriculoecultura.blogspot.com.br/2005/11/integrao.html>. Acesso em 10 de mar. 2014.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, CORDE, 1994.

UNOPAR: aulas web.

VÍDEO: Atendimento Educacional Especializado – MEC - 2007

ANEXOS

Entrevista feita por Priscila Ramalho a Juan Derval

Para Juan Derval – **Sobre a construção do Conhecimento**, “O conhecimento é uma forma de controle do mundo, uma forma de sobrevivência. Ele é construído por meio da Ação, da atividade do próprio sujeito. O papel da escola é ajudar nessa construção, o que nem sempre é feito de forma adequada. A maioria das escolas que conhecemos ainda parte da idéia antiga de que algumas pessoas têm conhecimento e o transmitem a outros. Isso não é certo: o conhecimento tem de ser construído pelo sujeito”.

O que precisa ser mudado nas escolas? “Elas devem ser mais ativas, mais participativas. Costumo dizer que precisam promover uma mudança em três pontos fundamentais: nos conteúdos, na forma de organização e na função do professor. Falemos primeiro sobre os conteúdos. Estudo há mais de dez anos os mecanismos pelos quais as crianças formam as idéias sobre o mundo em que vivem. Percebi que, desde pequenas, elas fazem perguntas a si mesmas sobre os mais diversos assuntos, da ciência à economia. A escola deve partir exatamente daí, dessas perguntas que os alunos fazem a si mesmo. A escola deve converter essas questões em problemas científicos. Mas o que faz normalmente? Justamente o contrário: parte de assuntos complexos e distantes, como escravidão ou Revolução Industrial. São problemas com os quais a criança ainda não se preocupa e que não lhe servem de nada. Por isso muitas vezes ela não sente prazer em ir à aula”.

Como saber o que é relevante ser trabalhado em sala? “Há muitos estudos no mundo todo sobre quais são os interesses das crianças. E, ao mesmo tempo, pesquisas sobre quais as dificuldades que elas têm para compreender os fenômenos que lhes despertam curiosidade. Isso tudo pode servir de referência para o professor. Além disso, ele pode também questionar a turma sobre os seus interesses. Garanto que, muitas vezes, vai ouvir coisas que não esperava. Na minha pesquisa mais recente, estudo a idéia que as crianças têm sobre o mundo econômico. Depois de muitas conversas, percebi que elas querem saber de onde vêm as mercadorias, como funciona o comércio, de onde vem o dinheiro... É

partindo desses questionamentos que podemos construir um currículo mais adaptado aos interesses reais das crianças”.

A segunda mudança proposta por ele refere-se à organização da escola. O que precisa mudar? “A escola tem de estreitar os vínculos com os meios sociais onde está situada. Tem de servir como um centro cultural, ficar aberta à comunidade o tempo todo. Além disso, deve contar com a participação dos pais e das diferentes pessoas da comunidade que possam contribuir com sua experiência. Porque todas as pessoas têm uma experiência que, bem organizada, pode servir ao aprendizado das crianças. A escola deveria ser uma espécie de centro que reunisse e organizasse todas essas iniciativas que contribuem para o conhecimento, um laboratório onde os alunos aprendessem a analisar o mundo e não um lugar de transmissão de conhecimentos ou de valores - o que já é feito pela televisão”.

O professor tem uma grande dificuldade de trabalhar com valores. Por que isso acontece? “Porque os valores, assim como o conhecimento, devem ser formados pelos sujeitos. Não podem ser transmitidos. O professor pode ajudar fazendo os alunos refletirem sobre os valores que aparecem na solução de um problema e analisando situações concretas, que acontecem todos os dias na escola ou que aparecem na mídia. É claro que, sozinha, a escola não vai conseguir mudar o comportamento dos jovens, mas pode contribuir despertando neles uma maior consciência”.

A escola está preparada para atender às demandas sociais? “Não, está ainda muito vinculada ao passado. Precisa se voltar para o futuro. E para isso é preciso investir principalmente nos professores”.

E qual o papel dos professores nessa nova organização? “Esse era o meu terceiro ponto. Ensinar é uma utopia, pois não é o mestre que ensina, mas o aluno que aprende. Diante disso, o professor tem de ser um animador, um facilitador. Precisa de uma grande sensibilidade para perceber as dificuldades e contradições que as crianças estão encontrando quando realizam alguma atividade e trabalhar esses problemas. E, além disso, precisa ter consciência de que ele é um modelo que será seguido pela turma. Por isso digo que a formação dos docentes deve mudar enfatizar a forma de ensinar e não mais o conteúdo”.

Qual a relação entre Educação e Democracia? “Uma educação democrática faz um país democrático. A escola é uma micro sociedade onde se reproduzem muitos dos problemas do mundo aqui fora. Por isso, para estudar a

democracia é bem mais interessante partir do que acontece no interior da escola do que analisar a Constituição, que é algo muito mais distante. Por isso insisto numa escola mais democrática, na qual os alunos participem ativamente, criando normas para o funcionamento da sala, entrando em contato com as sanções que eles mesmos impuseram. Refletir sobre o que acontece na escola é uma das coisas mais necessárias para que a criança compreenda o mundo social em que vive”.

1.1 ESTE FILME É BASEADO EM FATOS REAIS E CONTA A HISTÓRIA DA PROFESSORA ERIN GRUWELL AO COMEÇAR A LECIONAR A TURMA 203 DO 2º GRAU NO COLÉGIO WILSON. APÓS SUA PRIMEIRA AULA, ERIN PERCEBE QUE A EDUCAÇÃO NAQUELA ESCOLA NÃO ERA COMO ELA TINHA IMAGINADO.

1.2

1.3 O FILME “ESCRITORES DA LIBERDADE” E A FUNÇÃO DO PENSAMENTO EM HANNAH ARENDT

por Raymundo de Lima

*... Eu tenho um sonho que minhas quatro pequenas crianças vão um dia viver em uma nação onde elas não serão julgadas pela cor da pele, mas pelo conteúdo de seu caráter. Eu tenho um sonho hoje!... **Martin Luther King** – fragmento do memorável discurso "I Have a Dream", de 28/08/1963.*

Todos somos atores de nossa vida, mas nem sempre podemos ter sua autoria. O pensar [e o escrever] favorece a autoria da existência. Dulce Critelli, 2006.



Há muitos filmes americanos sobre escola, mas não como "Escritores da Liberdade". (*Freedom Writers*, EUA, 2007). Porque é o único filme dessa categoria que incentiva os alunos a lerem literatura, ponto de partida para testar a vocação de cada um para escrever desde um diário sobre o cotidiano trágico de suas vidas até uma poesia *hip hop* ou um livro de ficção. O valor desse filme também está na ousadia da linguagem cinematográfica mostrando os problemas psico-sócio-culturais que atingem a escola contemporânea; também porque ele dá visibilidade à diversidade dos grupos, com seu rígido código de honra, cada um no seu território, o narcisismo da recusa e da intolerância para com "os outros", o boicote às aulas, a prontidão para aumentar os índices de violência entre os jovens e transformar a escola no seu avesso, isto é, uma comunidade bem próxima da barbárie, o que de fato vai acontecer em 1992, em Los Angeles, EUA.

O filme é baseado na história real de Erin (interpretada por Hilary Swank^[1]), uma professora novata interessada em lecionar Língua Inglesa e Literatura para uma turma de adolescentes resistentes ao ensino convencional; alguns estão ali cumprindo pena judicial, e todos são reféns das gangues avessas ao convívio pacífico com os diferentes.

Como em outros filmes sobre turmas problemáticas, a professora Erin toma sua tarefa como um grande desafio: educar e civilizar aquela turma esquizofrênizada e estigmatizada como "os sem-futuro" pelos demais professores.

Percebe que seu trabalho deve ir para além da sala de aula, por exemplo, visitando o museu do holocausto, possibilitando aos jovens saber os efeitos traumáticos da ideologia da "grande gangue" nazista, que provocou a 2ª. Guerra Mundial e o holocausto, e também reconhecer as semelhanças com suas "pequenas gangues" da escola. Nota: a palavra "holocausto"^[2], referida no filme, é usada mais pelos judeus. E, "genocídio"^[3] é o termo cunhado pelo Direito Internacional do pós Guerra. Ambas significam o ato racional de eliminação de seres humanos em escala inimaginável (conferir nota de rodapé).

O método da jovem professora consistiu em entregar para cada aluno um caderno para que escrevessem, diariamente, sobre aspectos de suas próprias vidas, desde conflitos internos até problemas familiares e sociais.

Também, instigou-os a ler livros como "O Diário de Anne Frank" com o propósito de despertar alguma identificação e empatia, ainda que os personagens vivam em épocas diferentes; a partir de eventuais encontros imaginários cada aluno poderia desenvolver uma atitude especial de tolerância para com o "outro". Na vida real, os diários foram reunidos em um livro publicado nos Estados Unidos, em 1999, e terminaram inspirando o diretor [Richard LaGravenese](#) para fazer esse filme.

Formada em Direito, Erin se torna professora, desagradando seu pai e marido. No início, ela demonstra ingenuidade, timidez, curiosidade e determinação; sua vocação para o magistério vai se construindo conforme os desafios que ela encontra entre os alunos e ao lidar com a burocracia e o conservadorismo dos funcionários do sistema pedagógico da escola. Os judeus nova-iorquinos diriam que o diferencial de Erin é ela ter "chutzpah": *ousadia, garra, determinação, toma iniciativa, ir-à-luta*. Os diversos obstáculos próprios de qualquer sistema escolar fazem com que ela se sinta desafiada a fazer *algo - mais*.

Seu estilo não é teatral, tal como os professores protagonistas dos filmes "**O triunfo**", "**Sociedade dos poetas mortos**", "**Escola da vida**". Também não é autoritária como "**Meu mestre, minha vida**", e nem experimentalista como é o professor Ross, do filme "**A onda**". Seu estilo pedagógico está para o ensaísmo apaixonado, romântico, humanista, mas sem perder de vista a racionalidade do propósito educativo. Primeiro, ela tenta "dar aula" segundo manda o modelo tradicional, que não funciona com alunos indiferentes ao propósito da escola *eminente* *ensinante*. Uma aluna questiona pra que serve aprender tal conteúdo abstrato considerado inútil para melhorar sua vida real; outro dirá que o fato de ela ser professora "branca" não é suficiente para ele respeitá-la. Cabe à professora ter argumentos consistentes que respondam essas questões imprescindíveis na escola contemporânea. No segundo momento, Erin faz o reconhecimento dos grupos de iguais (narcísicos), e, obviamente sente empatia com os excluídos. Terceiro, devolve aos alunos esse reconhecimento com um pensamento crítico, fazendo-os **reconhecer**, **sentir** e **pensar** sobre a realidade criada por eles próprios. Quarto, não os aceita na condição de vítimas reativas, e cobra-lhes **responsabilidade** por suas escolhas e seus atos de exclusão para com os diferentes. Ou seja, sua ação pedagógica é inovadora porque desperta a motivação dos alunos para expressar seus sentimentos, ler, pensar, escrever, e mudar a partir do reconhecimento como sujeito-de-sua-história.

Na concepção de Hannah Arendt, duas causas podem ter relação profunda com a crise da educação em nossa época: **a incapacidade de a escola levar os alunos para pensar** e a **perda da autoridade** dos pais e professores.

Ambas fazem com que as crianças e adolescentes fiquem sujeitos à tirania de uma maioria qualquer (grupo social, tribos, gangs) e de um líder carismático ou populista. Portanto, o ato educativo de Erin é ao mesmo tempo político e ético, porque visa transformar alunos “não-pensantes”, “incivilizados”, “não-humanizados”, em seres humanos que podem exercitar o **pensamento crítico** sobre a realidade e seus atos; suas propostas de dinâmicas com os grupos levam-os a rememorar situações e rever suas posições na história de cada um, podendo até criar em cada aluno uma nova ética que melhor orienta seus gestos e palavras para evitar magoar o seu próximo. As dinâmicas e debates em sala de aula desmarcaram o recorrente discurso vitimista desses grupos, que tendem ao comodismo da sua desgraça, e ao mesmo tempo projeta no outro a responsabilidade pela sua própria irresponsabilidade ou fracasso como sujeito-cidadão no meio social. É preciso que cada qual se responsabilize e se comprometa “fazer sua parte”, ou como diz a velhinha que abrigou Anne Frank: “fazer a coisa certa” ou ética, como uma pessoa comum, anônima, e representante do que é ser civilizado.

Uma educação que não exercita o **ato de pensar**, com todos os seus riscos, além da própria ausência de pensamento, tem como efeito o **não comprometimento**, o **não tomar decisões**, ou **não se responsabilizar por elas**. *“A tarefa fundamental do pensar é descongelar as definições que vão sendo produzidas, inclusive pelo conhecimento e pela compreensão e que vão sendo cristalizados na história. A tarefa do pensar é abrir o que os conceitos sintetizam, é permitir que aquilo que ficou preso nos limites da sua própria definição seja liberado. É livrar o sentido e o significado dos acontecimentos e das coisas da camisa-de-força dos conceitos”* (CRITELLI, 2006, p. 80).

É preciso, portanto, criar dispositivos – como ler, escrever, falar elaborado – que **“operem como obstáculo para que aqueles que não se decidiram a ser maus não cometam maldades”** (CORREIA, A. 2006, p. 50). Conforme diz Arendt: *“os maiores malfeitores são aqueles que não se lembram porque nunca pensaram na questão, e, sem lembrança, nada consegue detê-los [...]. O maior mal não é radical, mas possui raízes, e, por não ter raízes, não tem limitações, pode chegar a extremos impensáveis e dominar o mundo todo”*,

como foi a trágica experiência dos regimes totalitários, o nazi-fascismo e o stalinismo.

Para alguns, é insuficiente o(a) professor(a) apenas “fazer sua parte”, visto existir um mundo para além dos limites de sua sala de aula. Mas, a lição da professora do filme está em “fazer-bem-sua-parte” exatamente no ponto nevrálgico e temporal que é a **educação**: ser um **ato** civilizatório **entre o passado e o futuro**. Diz ela: ***“A tarefa da educação é justamente a de apresentar o mundo às gerações do presente, tentando fazê-las conscientes de que comparecem a um mundo que é o lar comum de múltiplas gerações humanas. Ao conscientizá-los do mundo a que vieram estas deverão compreender a importância de sua relação e ligação com as outras gerações, passadas e vindouras. Tal relação se dará, primeiro, no sentido de preservar o tesouro das gerações passadas, isto é, no sentido de a geração do presente tomar o cuidado de trazer a esse mundo sua novidade sem que isso implique a alteração, até o irreconhecimento, do próprio mundo, da construção coletiva do passado”*** (apud FRANCISCO, 2006, p.35).

Tal posicionamento pedagógico-político-ético da função docente deve ser marcado pela sua autoridade, sensibilidade, e senso de inovação, que ao ser testado na realidade cotidiana da escola costuma pagar um preço em forma de resistências, incompreensões e críticas maldosas. Assim posicionado nesse tripé é que o docente pode tanto se defender dos ataques de fora como resistir às frustrações advindas do seu próprio trabalho. Também, a partir desse estilo ela pode melhor se preparar para evitar cair no criticismo raso dirigido ao sistema, como forma única de luta; ou seja, a experiência tem demonstrado que muitos na escola e na universidade usam de verbosidade sem ação, não se comprometem de corpo e alma testando táticas inovadas de lutas (no sentido da esquerda política) visando melhorar a qualidade do ensino; outros ficam esperando que o governo ou dono de escola tomem iniciativas, ou autorizem (o)a professor(a) fazer algo inovador no seu trabalho docente no sentido de reverter o baixo rendimento dos alunos, por exemplo.

Que cada professor (a) faça diferença no seu ato de ensinar. O ensino regular visa levar os alunos aprenderem os conteúdos programados pelos currículos. Contudo, não se pode ensinar sem incluir também uma mudança educativa. Um ensino sem educação para **o pensar** é vazio de sentido prático e existencial. Uma educação sem aprendizagem dos conteúdos também é vazia e

tende a degenerar em retórica moral e emocional. Ensinar e educar implicam em responsabilidades: pedagógica, política e moral, dentro e fora da escola; implica, ainda, na responsabilidade do **coletivo**^[4] do professorado de civilizar a nova geração que irá povoar o mundo. No dizer de Arendt (1989) “A **educação** é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para expulsá-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum”.

Nós, professores e professoras, devemos assistir ao filme “Escritores da Liberdade” por várias razões: para que possamos inovar o ato de ensinar adequado à realidade cultural dos alunos; para que, além de ensinar, também possamos adotar uma atitude de pesquisa-ação com os grupos que se formam em sala de aula e na escola, quase sempre atraídos pela semelhança formando grupos narcísicos, cujo sintoma visível é a intolerância para com os demais; para que aprendamos a acolher e contextualizar as situações de vida dos alunos com as de outras vidas relatadas pela história da humanidade – que, através de um diário ou redação qualquer eles aprendam a significar suas histórias com outras histórias; para que os professores do nosso Brasil se empenhem *mais-e-mais* em ler literatura, porque só podemos cobrar dos alunos esse hábito se nós também nos habituamos a ler, isto é, se ler e compreender^[5] já fazem parte de nossa *virtude* pessoal. (aquele que lê e compreende tem maior probabilidade de escrever suas próprias narrativas); para que os professores façam autocrítica sobre o *quantum* de paixão (ou libido) têm pelo trabalho com os alunos não deve necessariamente implicar a sua desatenção (ou desapaixonamento) para com os seus próximos: marido, esposa, filhos, etc.

Filme: **Escritores da liberdade** (Original: *Freedom Writers*) País: **EUA/Alemanha** - Gênero: **drama**. Classificação: **14 anos**. Duração: **123 min**. Ano: **2007**. Direção: [Richard LaGravenese](#) . Produção: Danny DeVito, Michael Shamberg, Stacey Sher. Elenco: [Hilary Swank](#), [Patrick Dempsey](#), [Scott Glenn](#), [Imelda Staunton](#), [April Lee Hernandez](#), Mario, [Kristin Herrera](#), [Jacklyn Ngan](#), [Sergio Montalvo](#), Jason Finn, [Deance Wyatt](#), [Vanetta Smith](#), [Gabriel Chavarria](#), [Hunter Parrish](#), Antonio Garcia.

Sinopse: Hilary Swank é uma professora novata que tenta inspirar seus alunos problemáticos a aprender algo mais sobre tolerância, valorizar a si mesmos, investir em seus sonhos e dar continuidade a seus estudos além da escola

básica. Também ela é ousada ao enfrentar os grupos formadores de gangs em sala de aula, levando-os a pensar sobre a formação e ideologia dos próprios.